

Política

GOVERNO

“Presidente cultiva atitudes fisiológicas e estimula a divisão”

por Zanoni Antunes de Brasília
O ex-líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, que exerceu a primeira liderança do partido na instauração da Nova República, desencantou-se do governo que ajudou a formar e acusou o presidente José Sarney de descumprir as suas próprias promessas de governar o País por quatro anos.



Pimenta da Veiga

Indicado para liderar a bancada pedembista na Câmara pelo presidente Tancredo Neves, o ex-líder subiu ontem à tribuna da Assembleia Constituinte para afirmar que Sarney desfez seu juramento de seguir os compromissos de Tancredo Neves, que igualmente se comprometera com um mandato de quatro anos.

Na opinião do deputado, ao propor a tese prerrogacionista, o presidente José Sarney descolou-se do segmento mais idealista do PMDB e passou a “cultivar atitudes fisiológicas” que, segundo afirmou, pouco contribuíram para a sustentação política do seu governo, além de representar “inegável estímulo à divisão do partido”.

Pimenta da Veiga disse ainda em seu discurso, várias vezes apartado — até com emoção, como a intervenção do deputado Egídio Ferreira Lima que, com a voz embargada, solidarizou-se com o ex-líder —, que via com pesar um presidente que diversas vezes desafiava os que reclamavam do déficit público a mostrar uma só obra perdurável de seu governo passar a defender “obras faraônicas e ferroviárias inoportunas”. Lembrou também que dissera perante o

mundo, no plenário da ONU, que o Brasil não pagaria a dívida com a fome nem com a recessão, e agora “se aproxima celeremente do FMI, que está tendo suas teses recessionistas praticadas com desenvolvimento em nosso país”. Ao afirmar que é preciso refazer a transição política, o ex-líder do PMDB enfatizou que o presidente da República deve compreender, “pelo seu patriotismo”, e por tudo “que já fez por este país”, que é hora de permitir a outros continuarem a tarefa. “Não será buscando alongar no tempo um mandato ilegítimo que o presidente irá legitimar-se. Mas será dando sempre a este mandato uma atribuição legítima, insubstituível. E esta é a de dirigir a transição, apenas isso”, afirmou.

“Se o presidente assim agir”, concluiu, “poderá reencontrar-se com seu povo, com seu partido e consigo mesmo, propondo por iniciativa própria a esta Assembleia Constituinte a marcação de eleições presidenciais para 15 de novembro de 1988.”

Uma forte oposição em todos os partidos

por Zanoni Antunes de Brasília
“A Constituinte não suspenderá os seus trabalhos nem por um minuto”, afirmou ontem o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, aos líderes partidários que foram ontem ao seu gabinete pedir que se posicionasse a respeito da proposta de paralisação dos trabalhos da Constituinte. Os líderes reagiram à tese do senador José Richa (PMDB-PR), endossada pelo presidente Sarney, que defendeu a interrupção dos trabalhos, por trinta dias, para que os partidos discutam a crise.

Por iniciativa do líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, os líderes partidários (PMDB, PFL, PDT, PT, PCB, PC do B e PSB) concordaram em discutir a questão da suspensão dos trabalhos da Assembleia Constituinte, de não se permitir emendas de mérito ao anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, a não-utilização da Lei de Segurança Nacional para os envolvidos nas recentes manifestações populares, bem como a discussão da conjuntura política e econômica em função da crise.

O OTIMISMO DE ULYSSES
Esse último item, no entanto, ficou para ser discutido em outra oportunidade, provavelmente na semana que vem, já que Ulysses Guimarães revelou aos participantes da reunião que tinha informações otimistas, mas ainda não detalhadas, como uma

expectativa da redução da inflação neste mês, queda dos juros bancários, sinais de retomada do crescimento industrial e de que a recessão não prosperará. Com exceção do Partido Liberal, todos os partidos estiveram representados no encontro e foram unânimes em condenar a proposta do senador José Richa. “Parar a Constituinte é parar o País e tolher o maior desejo da sociedade que quer uma Constituição”, disse o líder do PFL na Câmara, José Lourenço.

AS CRÍTICAS
“Quem quiser tirar férias que peça licença”, reagiu o líder em exercício do Partido dos Trabalhadores, Plínio de Arruda Sampaio. “Não admitiremos isso em absoluto”, afirmou o líder do Partido Socialista no Senado, Jamil Haddad. “Suspender os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte provocará uma crise institucional”, advertiu o líder em exercício do PDS na Câmara, Bonifácio de Andrada. “Avançamos muito para a tramitação da Constituinte”, afirmou o líder do Partido Comunista Brasileiro, deputado Roberto Freire.

Para o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, a reunião serviu também para estabelecer o início da discussão da conjuntura política, que deverá ocorrer na próxima semana, quando todas as lideranças partidárias deverão ser novamente convocadas para discutir a crise. “O quadro atual é preocupante e se a gente não fizer nada a crise se aprofunda”, concluiu Brandão Monteiro.

Ofensiva de Maciel sobre o relatório

O presidente do Partido da Frente Liberal, senador Marco Maciel, lamentou que, após cinco meses de instalação da Assembleia Nacional Constituinte, “ainda não tenhamos um projeto de nova Constituição”, embora considere que todo o esforço feito pelos constituintes “foi um esforço válido”. “Na minha opinião, o trabalho que foi apresentado pela Comissão de Sistematização é um trabalho de mera compilação de diferentes sugestões que foram oferecidas nas comissões temáticas, muitas das quais não tinham sequer sido aprovadas nas próprias comissões. Então não posso considerar que seja um projeto”, disse o presidente do PFL, para acrescentar: “A proposta que está sendo distribuída eu sei que é uma primeira proposta; ela contém mais de 2.200 preceitos e eu não acredito que uma Constituição possa

ter uma vida longa sendo tão extensa, sendo tão ampla e, consequentemente, tão grande. Eu tenho sempre presente que as Constituições duram na proporção inversa ao seu tamanho: quanto maior a Constituição, menor a sua duração”. O senador Marco Maciel disse desconhecer que, por recomendação do presidente José Sarney, seus assessores estejam elaborando um anteprojeto de Constituição a ser encaminhado à Assembleia Nacional Constituinte, para substituir o anteprojeto apresentado pela Comissão de Sistematização.

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen (PFL-SC), também discordou, ontem, no Rio, da suspensão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, sugerida pelo senador José Richa, para que se analise com mais profundidade a crise política.

Rejeitada suspensão da Constituinte

por Cecília Pires de Brasília

O PMDB conseguiu sair unido ontem, pela primeira vez em muitos meses, da crise de relacionamento que vem enfrentando com a Presidência da República. Em repúdio à proposta de suspensão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, feita há três dias pelo senador José Richa, e endossada pelo presidente Sarney, o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, conseguiu reunir, em seu gabinete, o líder Mário Covas, com o qual disputa espaços, hoje, no PMDB, e as lideranças de todos os outros partidos políticos.

Depois de obter uma declaração do presidente Sarney quanto à prerrogativa de decidir sobre os trabalhos da Constituinte, que preside, Ulysses ainda conseguiu aprovar, nesta reunião, a condenação de todos os partidos à tentativa de interferência do Palácio do Planalto na elaboração de um novo anteprojeto e na aplicação da Lei de Segurança Nacional para punir os responsáveis pela agressão à comitiva de Sarney, no Rio, na semana passada. Em outra investida contra o Planalto, o ex-líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, declarou-se desencantado, na tribuna, com o governo Sarney, que ajudou a formar, por ele descumprir uma promessa de estabelecer um mandato de quatro anos.

As bases do projeto do governo

por Eliana Simonetti de Brasília

O esforço desenvolvido pelo governo federal no sentido de que a nova Constituição brasileira seja “adequada”, envolve o trabalho de uma equipe de juristas ligados ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, e da Consultoria Geral da República.

A explicação dada ontem por Brossard é de que está sendo feito um exame sobre o trabalho apresentado pela Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte que, segundo ele, “não satisfaz a ninguém”. Para ele, toda a contribuição deve ser bem recebida, importa saber do acerto, da sabedoria”, visto que, “depois de cinco meses de trabalho da Constituinte, estamos num ponto que poderia ser o ponto de partida em fevereiro”. O ministro esclareceu ainda que a iniciativa não foi tomada antes pelo governo federal porque havia uma ideia de não interferência nos trabalhos.

A proposta do Ministério da Justiça trata, basicamente, de três capítulos da Constituição: a organização do Estado, o Poder Judiciário e o Ministério Público. Ela tem de passar, entretanto, pelo crivo da Consultoria Geral da República.

O consultor geral da República, José Saulo Ramos, trabalha na elaboração de capítulos da Constituição, a título de colaboração para os parlamentares, desde que assumiu o cargo, em Brasília. Uma de suas ideias é incluir, nas disposições transitórias da nova Constituição, um dispositivo sobre instituições financeiras em liquidação extrajudicial ou em falência.

Mudanças, agora, só na votação

por Francisca Stella Fogó de Brasília

Os líderes partidários concordaram ontem sobre a possibilidade de serem apresentadas emendas destinadas a alterar o conteúdo do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Em reunião convocada pelo presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, os líderes decidiram que, até o dia 17 de junho, quando o projeto for encaminhado ao plenário da Constituinte, somente poderão ser apresentadas emendas de adequação do texto. Inclusive sobre os temas da Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia, que não concluiu o seu projeto e cuja proposta foi redigida pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), porém, trabalhou incansavelmente na formulação de emendas que, no conjunto, deverão alterar integralmente o projeto da Comissão de Sistematização. O projeto foi muito criticado pelo Palácio do Planalto e o líder do governo não pre-

por Cecília Pires de Brasília

Com a proposta de suspensão dos trabalhos da Constituinte rejeitada por todos os partidos — inclusive o seu próprio, o PMDB — o senador José Richa decidiu ontem esclarecer, em forma de um projeto de resolução, o que julga ter sido um mal-entendido. Nesta proposta, que será apresentada hoje à Mesa da Constituinte, Richa não propõe a suspensão, mas a inclusão, nas sessões ordinárias da Assembleia Nacional Constituinte, até 31 de julho, do debate da conjuntura.

Richa enumera, entre os temas a serem discutidos, a recessão e o desemprego, a questão salarial, o controle da inflação e os juros, num total de nove itens. Se o pro-

Foi em torno da soberania da Constituinte que o PMDB conseguiu o feito de produzir essa manifestação de união suprapartidária. “Nós viemos aqui como constituintes credenciados pelo País para elaborar uma nova Constituição. Enquanto não esgotarmos essa nossa atribuição, não devemos descansar nem um minuto”, disse Ulysses, após a reunião. A proposta de Richa, que teria sido endossada, na quarta-feira, pelo presidente Sarney, segundo informou fonte credenciada do Palácio do Planalto, destinava-se a produzir

Amplia-se o espaço de poder do Executivo

A explicação do consultor é de que o artigo 18, que seria revogado, além de proibir ações e execuções contra a massa, mesmo posteriores à liquidação, proíbe a fluência de juros e correção monetária, terminando por isentar os responsáveis até de penas pecuniárias criminais e administrativas. “Em matéria de garantia legal de impunidade, a norma é exemplar, foi responsável pelo estímulo aos golpes no mercado financeiro e é responsável pela atual situação de impasse na solução das liquidações”, diz ele.

A abertura da economia ao capital estrangeiro

Entre os direitos individuais garantidos pela Constituição, estão incluídos na proposta, além dos que já constam da Carta em vigor, o direito à honra, à crença, ao trabalho e à justiça. Neste capítulo, o consultor inclui a determinação de que “os crimes de estúpos, de latrocínios e todos os de violência contra a pessoa humana serão punidos com a privação da liberdade e seus autores não terão direito à anistia, ao indulto, à liberdade provisória e a revisão penal”. Além disso, é assegurado às pessoas o direito de obter certidões e o acesso aos registros informáticos. Sua proposta mantém o princípio da anterioridade na criação de tributos, que só podem ser instituídos ou aumentados por lei anterior ao exercício financeiro “salvo as tarifas alfândegárias e os impostos especialmente lançados por motivo de guerra ou calamidade pública”.

Mais de 3 mil emendas

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, comunicará hoje, através de ofício, ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arins, que não deverão ser aceitas ao anteprojeto da Comissão emendas de mérito, ou seja, as que mudam as propostas do relator Bernardo Cabral, aprovadas pelas lideranças partidárias. Só serão aceitas emendas de adequação, informa o EBN. Cabral calculou em 3,5 mil o número de emendas que os constituintes iriam apresentar até a meia-noite de ontem — todas com o objetivo de modificar ou reordenar o anteprojeto que ele entregou à comissão na semana passada. Até as 19 horas, haviam sido apresentadas 3.307 emendas. O relator vai apresentar o seu parecer sobre as emendas de adequação recebidas. Fará isso até a meia-noite de terça-feira que vem. Na quarta, o parecer será distribuído e, na quinta, começará a discussão do anteprojeto e do parecer relativo às emendas de adequação. A grande quantidade de emendas de mérito não surpreendeu o relator. Cabral disse que não se tratou de engano ou desconhecimento da parte dos constituintes: “Eles sabiam”.

tende esperar até o dia 17 de julho para propor as emendas. Estrategicamente, Sant’Anna prefere que o seu próprio projeto seja colocado em discussão no plenário da Constituinte. Quem pretender alterá-lo, que consiga maioria, raciocina. Ao definir que não serão admitidos nem substituídos ao projeto do relator Bernardo Cabral nem emen-

“Vai acabar implodindo tudo”, diz Richa

dependente e soberana para tomar uma decisão”, acrescentou. As lideranças partidárias repudiaram ainda, na reunião, a mudança do regimento interno para permitir apresentação de substitutos ao anteprojeto e as emendas quanto ao mérito, além da aplicação da Lei de Segurança Nacional nos episódios que marcaram a visita de Sarney ao Rio. Ulysses saiu direto da reunião para o gabinete do ministro da Justiça, Paulo Brossard, para levar a manifestação dos líderes partidários e pedir que

sempre teve bom trânsito. “Não conversei com militares, nem seria meu estilo.” Perguntado se não seria perigoso suspender os trabalhos da Constituinte exatamente na hora em que o País atravessa grave crise política e social, Richa indagou: “Perigoso por quê? A Itália, logo depois de derrubar Mussolini, convocou uma Constituinte que demorou quatro anos para elaborar uma nova Constituição e não houve problemas com a democracia”. Richa também não teve o apoio do senador Mário Covas, seu principal aliado na Constituinte. Covas tentou explicar a proposta do amigo, alegando que ele não defenderia a suspensão dos trabalhos. Alertado para as várias declarações do senador José Richa

Para Sarney, Ulysses é quem deve decidir

Em rápida entrevista coletiva concedida antes do embarque, Sarney frisou que não se manifestará sobre a proposta do senador Richa. Esclareceu, também, que “como todo cidadão brasileiro” quer ter a oportunidade de dar sua opinião sobre o anteprojeto da Constituinte. Reconheceu, no entanto, “que, pela maneira como foi organizado e sendo um projeto de sistematização, não é um anteprojeto, não tem unidade”. O presidente da Constituinte entende as críticas ao anteprojeto, quer sejam do presidente, quer sejam da sociedade, uma vez que o trabalho ainda está em fase de “aprimoramento”. Sobre uma possível Constituição paralela que estaria sendo elaborada no Ministério da Justiça, Ulysses disse não saber se “ela existe, o que entendo é que há sugestões de todos os setores.

Quercia faz críticas à intervenção do governo

Quercia fez críticas à intervenção do governo. O governador de São Paulo, Orestes Quercia, e seu vice, Almino Afonso, declararam ontem discordar da sugestão do senador José Richa de suspender os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte por noventa dias e da atitude do presidente José Sarney de levar à Comissão de Sistematização um anteprojeto substitutivo ao do relator Bernardo Cabral. “Não podemos suspender os trabalhos da Constituinte numa fase em que o anteprojeto precisa ser melhorado”, disse o governador. “A Constituinte tem de fazer uma sistematização nos aspectos de mérito dos temas que discute e não pode fechar as portas agora”, completou. O vice Almino Afonso acha que o objetivo do senador José Richa é bastante saudável: “Encontrar

Reação contrária no Paraná e no Rio

pendência junto ao governo federal.” Dias acha que se a Assembleia Constituinte for paralisada agora, mesmo por trinta dias, o País correrá o risco de começar a ano de 1988 com as mesmas regras ou leis. “A continuidade dos trabalhos, se não resolve nossos problemas imediatos, pelo menos nos estabelecerá parâmetros para confiar num futuro melhor”, avaliou. MOREIRA FRANCO Em resposta à afirmação do presidente Sarney de que o PMDB se transformou no principal empecilho ao pacto político, o governador Moreira Franco disse ontem não ver em que o seu partido pode estar criando dificuldades para o pacto e culpou a desorganização da economia pelo clima de instabilidade e intranquilidade entre os trabalhadores.

Mangels Sistemas de Informação. Consultoria, Sistemas e Serviços de Informática. Mangels Empresa 100 Brasileira. Fone (011) 452 4811

de exata correção monetária”. A solução encontrada para simplificar o ingresso de investimentos estrangeiros no País foi a seguinte: “em tempos de paz, qualquer pessoa poderá entrar com seus bens no território nacional, nele permanecer e dele sair, observados os preceitos da lei, que não discriminam a origem de nacionalidade os investimentos que se fizerem no Brasil”.

Quercia faz críticas à intervenção do governo

Quercia fez críticas à intervenção do governo. O governador de São Paulo, Orestes Quercia, e seu vice, Almino Afonso, declararam ontem discordar da sugestão do senador José Richa de suspender os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte por noventa dias e da atitude do presidente José Sarney de levar à Comissão de Sistematização um anteprojeto substitutivo ao do relator Bernardo Cabral. “Não podemos suspender os trabalhos da Constituinte numa fase em que o anteprojeto precisa ser melhorado”, disse o governador. “A Constituinte tem de fazer uma sistematização nos aspectos de mérito dos temas que discute e não pode fechar as portas agora”, completou. O vice Almino Afonso acha que o objetivo do senador José Richa é bastante saudável: “Encontrar

Reação contrária no Paraná e no Rio

pendência junto ao governo federal.” Dias acha que se a Assembleia Constituinte for paralisada agora, mesmo por trinta dias, o País correrá o risco de começar a ano de 1988 com as mesmas regras ou leis. “A continuidade dos trabalhos, se não resolve nossos problemas imediatos, pelo menos nos estabelecerá parâmetros para confiar num futuro melhor”, avaliou. MOREIRA FRANCO Em resposta à afirmação do presidente Sarney de que o PMDB se transformou no principal empecilho ao pacto político, o governador Moreira Franco disse ontem não ver em que o seu partido pode estar criando dificuldades para o pacto e culpou a desorganização da economia pelo clima de instabilidade e intranquilidade entre os trabalhadores.

Reação contrária no Paraná e no Rio

pendência junto ao governo federal.” Dias acha que se a Assembleia Constituinte for paralisada agora, mesmo por trinta dias, o País correrá o risco de começar a ano de 1988 com as mesmas regras ou leis. “A continuidade dos trabalhos, se não resolve nossos problemas imediatos, pelo menos nos estabelecerá parâmetros para confiar num futuro melhor”, avaliou. MOREIRA FRANCO Em resposta à afirmação do presidente Sarney de que o PMDB se transformou no principal empecilho ao pacto político, o governador Moreira Franco disse ontem não ver em que o seu partido pode estar criando dificuldades para o pacto e culpou a desorganização da economia pelo clima de instabilidade e intranquilidade entre os trabalhadores.